

ANEXO 1

Doc. 1

Fw: PCGT - ID 202 - Plano de Pormenor para a expansão do
Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz -
Elaboração - Informação de Nomeação

Zulmira Duarte

sex 15-03-2019 11:19

Para: Isabel Sequeira <isabel.sequeira@ccdr.pt>;

Bom Dia, Isabel

Para dar entrada deste e-mail, p.f..
processo GEP ID 98253

Obrigado.

Zulmira Duarte

CCDR | DSOT_ Direção de Serviços de Ordenamento do Território | DOTCN
Rua Bernardim Ribeiro, 80, 3000-069 Coimbra
+351 239 400 168 | zulmira.duarte@ccdr.pt

De: Vitor Sousa <vitor.sousa@cm-figoz.pt>

Enviado: 15 de março de 2019 10:15

Para: Zulmira Duarte; Carla Velado

Assunto: FW: PCGT - ID 202 - Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Elaboração - Informação de Nomeação

-----Mensagem original-----

De: pcgt.apoio@dgterritorio.pt [mailto:pcgt.apoio@dgterritorio.pt]

Enviada: 14 de março de 2019 17:40

Para: Vitor Sousa <vitor.sousa@cm-figoz.pt>

Cc: pedro.silva@edp.pt

Assunto: PCGT - ID 202 - Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz - Elaboração - Informação de Nomeação

Ex.mo(a) Sr.(a) Vitor Sousa,

Para os efeitos do n.º 4 do artigo 83.º do RJIGT, em articulação com o n.º 8 do artigo 5.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, informa-se que foi rejeitado o pedido de nomeação para representação destes serviços na Comissão Consultiva de acompanhamento do plano identificado em epígrafe.

A rejeição nos termos das disposições referidas fundamenta-se no seguinte:

Tendo presente o nº 4 do artigo 83º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, "4 - As entidades que integram a comissão consultiva em função da natureza dos principais interesses a salvaguardar podem declarar, expressamente, não existir fundamento para a sua representação na comissão consultiva", verifica-se no presente caso, a aplicação do articulado mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

DGT
8-06T/2019/1719
03/04/2019

Exmo. Senhor
Presidente da CCDR Centro
A/C Dr.ª M. Alexandra Grego Martinho

Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 Coimbra

Nossa refª/Our ref.:
DSGCIG-DCart

Sua refª/Your ref.:
Email de: PCGT APOIO de Zulmira Duarte

Ofº. Nº:
S-DGT/2019/1719
03-04-2019

15-03-2019

Assunto: Parecer da DGT – PCGT – ID-202 - Plano de Pormenor para a expansão da Zona Industrial e Empresarial da Figueira da Foz – Conferência Procedimental

Relativamente ao assunto em epígrafe, e após apreciação dos documentos disponibilizados na Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) relativos à Conferência Procedimental do PP em epígrafe, a realizar no próximo dia 12-04-2019, pelas 10:30h, nas instalações da CCDRC, em Coimbra, temos a informar o seguinte:

1- Rede Geodésica

Dentro do limite da área de intervenção deste Plano de Pormenor não existem vértices geodésicos da RGN nem marcas de nivelamento geométrico da RNGAP.

Sendo assim, este projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas desenvolvidas pela Direção-Geral do Território.

2- Cartografia

Relativamente à Cartografia, verifica-se a seguinte situação:

- 2.1 A cartografia de base encontra-se na DGT para efeitos da devida homologação pelo que se aceita a continuidade dos trabalhos relativos à elaboração da proposta do plano, sendo que para efeitos de aprovação final ou discussão pública terá a proposta de conter a cartografia já homologada;;
- 2.2 Os valores da Exatidão Posicional Planimétrica e Altimétrica não correspondem aos que constam da especificação técnica da DGT para a escala 1:2000, pelo que deverão ser alterados e consequentemente os valores da Precisão Posicional Nominal.

3- Limites Administrativos

No âmbito da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) verifica-se que o "Plano de Pormenor para expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz", se localiza no interior da freguesia de Lavos, no concelho da Figueira da Foz.

Como tal, as peças desenhadas não necessitam dos limites administrativos representados.

4- Conclusão da D.S. Geodesia, Cartografia e Informação Geográfica (DSGCIG)

O parecer da DGT/DSGCIG é favorável condicionado até que sejam solucionadas as questões assinaladas em 2- Cartografia e enviadas as respetiva peças desenhadas para nova verificação.

5- Sistema de Submissão Automático (SSAIGT)

Para desmaterialização dos programas e planos territoriais e melhoria progressiva da fiabilidade, rigor e eficiência da disponibilização da informação sobre IGT, encontra-se desenvolvido o Sistema de Submissão Automático (SSAIGT) destinado ao envio dos instrumentos de gestão territorial para publicação no Diário da República (DR) e para depósito na Direção Geral do Território (DGT).

Esta plataforma é de utilização obrigatória e constitui a infraestrutura através da qual são praticadas todas as formalidades relativas aos procedimentos já referidos e em conformidade com a Portaria nº 245/2011 de 22/6 e com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Deste modo e em antecipação aos referidos atos de publicação no Diário da República e depósito na DGT, considera-se oportuno que a autarquia promova a verificação da conformidade das peças e plantas do presente Plano de Pormenor (PP) a publicar e a depositar, com os requisitos e condições formais e operacionais de acesso do SSAIGT.

Com este objetivo, anexa-se uma lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PP com a indicação dos ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT.

Para informações complementares disponibilizam-se os seguintes links para a página da DGT:

Manual de utilização (SSAIGT): http://ssaigt.dgterritorio.pt/Manual_SSAIGTutilizador.pdf

e



Nossa refº/Our ref.:
DSGCIG-DCart
Of. Nº:
S-DGT/2019/1719

Área de Apoio do SSAIGT: http://ssaigt.dgterritorio.pt/manuais_ssaigt/SSAIGT_Area_Apoio.pdf

Com os melhores cumprimentos,

O Subdiretor-Geral



Mário Caetano

Por delegação, conforme Despacho nº
2626/2017, de 14 de fevereiro, publicado
na 2ª série do Diário da República,
Nº 63, de 29 de março de 2017.

Anexos: Lista para a verificação do conteúdo documental desmaterializado do PP, com a indicação dos
ficheiros que devem ser submetidos no SSAIGT, mencionada no ponto 5.

Nossa refª/Our ref.:
DSGCIG-DCart
Of. Nº:
S-DGT/2019/1719

Publicação do Plano de Pormenor, incluindo da alteração, revisão, medidas preventivas, suspensão e outros	Obrigatoriedade de		Formato para publicação*	Formato para depósito**
	publicação	depósito		
Peças fundamentais (escritas e gráficas) a submeter na plataforma do SSAIGT			DOC, DOCX, RTF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; imagens JPG; tabelas XLS 1 envio = 1 fich. ZIP	se original em formato editável: DOC, DOCX, RTF, ODT, XLS, XLSX, ODS, PDF; se original em suporte analógico: formato imagem (JPG, PNG, TIF, ...); 1 envio = 1 fich. ZIP
Peças escritas				
Texto do ato a publicar	sim	sim	editável de entre as opções indicadas	PDF, ou qualquer outro formato, do documento oficial
Deliberação de aprovação da revisão/alteração/... de plano territorial	sim	sim	editável de entre as opções indicadas	PDF, ou qualquer outro formato, do documento oficial
Regulamento	sim	sim	editável de entre as opções indicadas	PDF, ou qualquer outro formato, do documento oficial
Peças gráficas				
Planta de condicionantes	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.)
Planta de implantação	sim	sim	vetorial (shape file) georeferenciado e raster (TIFF e TFW)	PDF ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.)
Peças complementares/outras a submeter na plataforma do SSAIGT (n.º 2, art.º 3º do Regulamento)				
Peças escritas				
Todas as referidas neste ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	PDF, ou qualquer outro formato
Peças gráficas				
Todas as referidas neste ponto do Regulamento	não	sim	n.a.	pdf ou qualquer outro (TIFF, JPEG, PNG, etc.)

* Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.2

** Manual de apoio SSAIGT, ponto 6.3

Observações:

. Sistema de coordenadas aplicável às peças gráficas: ETRS89TM06;

. Se submissão de ficheiros de base de dados: mdb ou gdb;

. Se submissão de ficheiros tabelas de dados: xls ouxlsx

. Sempre que se trate de alteração, alteração por adaptação, correções materiais, retificação, medidas preventivas ou suspensão de planos em vigor com implicações nas peças gráficas, são enviados cumulativamente, para cada peça gráfica:

- ficheiro vetorial (shape file)
- ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) da área/polígono(s) em
- ficheiro raster (TIFF uncompressed e respetivo TFW) de toda a planta

Informações adicionais - Área de Apoio do SSAIGT

ICNP, IP	SAÍDA
DATA	
11/04/2019	
N.º 21128	

À
 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
 REGIONAL DO CENTRO
 RUA BERNARDIM RIBEIRO, 80
 3000-069 COIMBRA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

PCGT - 202

21128/2019/DCNF-C/DPAP

ASSUNTO PCGT - 202 - PLANO DE PORMENOR PARA A EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL E EMPRESARIAL DA FIGUEIRA DA FOZ - ELABORAÇÃO - CONVOCATÓRIA PARA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência da solicitação de pronúncia sobre o Plano de Pormenor para expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PP-PIEFF), efetuada através da PCGT (ID 202), somos a informar:

A área em causa não coincide com nenhuma área classificada integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, como definido no n.º 1 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, com a redação do Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro; "i) Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas" nem com "ii) Sítios da lista nacional de sítios e zonas de proteção especial integradas na Rede Natura 2000".

Os terrenos abrangidos pela pretensão não se encontram submetidos ao Regime Florestal.

Não existe igualmente na área do projeto arvoredo de interesse público classificado ou em vias de classificação e respetiva zona geral de proteção, nos termos do disposto da Lei n.º 53/2012, de 5 de Setembro, e respetiva regulamentação (incluindo a Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho).

Em face do exposto, não apresentando a pretensão desconformidades ou restrições aos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública, no âmbito das competências do ICNF, IP., nomeadamente Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, Regime Florestal e Arvoredo classificado de interesse público, o ICNF não é entidade a ser consultada no âmbito do presente Plano de Pormenor. Deste modo, e em resposta à convocatória para participação em conferência procedimental no próximo dia 12-04-2019, informa-se que o ICNF, IP, não estará presente.



Pese embora o exposto, informa-se que na elaboração/execução do PIEFF, deverá ser dar cumprimento ao disposto na seguinte legislação:

- Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios - De acordo com o disposto no número 13 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com a redação introduzida pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, na área de ampliação do PIEFF, inserida e confinante com espaço florestal, é obrigatória a gestão de combustível, numa faixa de proteção envolvente com uma largura mínima não inferior a 100 metros, interior ao polígono industrial, ao longo de todo o limite da área de ampliação que se verifique em espaço florestal, ou com ele confinante. Refere o nº 2 do artigo 20º (Faixa de gestão de combustível) da proposta de Regulamento do PIEFF, *"De acordo com o disposto na legislação em vigor, a faixa de gestão de combustível definida no âmbito do Plano tem uma largura mínima de 100 metros, sendo esta largura garantida no interior poente e sul da área de intervenção, e contabilizada no exterior a nascente da área de intervenção do Plano"*, sendo que de acordo com o nº 3 do mesmo artigo, *"A execução e manutenção desta faixa é da responsabilidade da Câmara Municipal"*. Assim, uma vez que a faixa de proteção a nascente não se encontra no interior da zona industrial, a garantia da sua execução e manutenção, sem onerar terceiros, e portanto, do cumprimento do número 13 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, depende da aquisição do terreno a ocupar com a faixa, pela Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Espécies lenhosas invasoras (Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro) - A eventual presença de espécies lenhosas invasoras, principalmente as pertencentes ao género *Acacia* sp., exige a adoção de boas práticas relativamente a movimentações de terra e o transporte e destino do material lenhoso cortado, com o objetivo de evitar a disseminação de sementes.
- Salvaguarda de espécies florestais - Nas áreas a desmatar dever-se-á atender à eventual presença de sobreiros cumprindo com o definido no Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de Maio com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho.
- Cortes Florestais - Sublinha-se a necessidade de cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 173/88, de 17 de Maio, no caso de cortes prematuros de pinheiro bravo em áreas superiores a 2ha e eucalipto em áreas superiores a 1ha. Verifica-se ainda a necessidade de cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 174/88, de 17 de Maio que estabelece a obrigatoriedade de manifestar o corte ou arranque de árvores.
- Nemátodo da Madeira de Pinheiro – Sempre que se verifique a necessidade de intervenção em áreas com pinheiro, as ações de desarborização devem cumprir com o exposto no Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus xylophilus*.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe da Divisão de Planeamento e Avaliação de Projetos,

Anabela Ramos Simões

Vitor Sousa

De: pcgt.apoio@dgterritorio.pt em nome de PCGT APOIO
<pcgt.apoio@dgterritorio.pt>
Enviado: 25 de março de 2019 12:12
Para: Vitor Sousa
Assunto: Parecer da REN relativo à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) e à Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN)

Recebeu uma mensagem de REN_vitor.fernandes

A mensagem é a seguinte:

Exmos. Senhores,

No seguimento da vossa solicitação através da presente plataforma eletrónica, cumpre-nos esclarecer, como ponto prévio, que o grupo REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., detém as participações nas empresas concessionárias da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) e da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN).

Neste sentido e de modo a abranger todo o universo das infraestruturas das referidas concessões, iremos compilar na presente resposta as informações consideradas relevantes para os vossos estudos respeitantes à RNT, da responsabilidade da concessionária REN – Rede Elétrica Nacional, S.A. e à RNTGN, responsabilidade da concessionária REN – Gasodutos, S.A..

1. Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) Relativamente à RNT - Rede Nacional de Transporte de Eletricidade informamos de que de acordo com a legislação em vigor a REN – Rede Elétrica Nacional, S.A. é a concessionária da RNT em regime de serviço público. A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

No âmbito do planeamento da RNT acima referido, a REN elabora um Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de eletricidade (PDIRT), o qual é objeto de aprovação por parte do membro do Governo responsável pela área da Energia, onde estão apresentados, programados e justificados todos os projetos de desenvolvimento e modernização da rede, no território nacional continental, num horizonte de dez anos.

Decorre da legislação ambiental em vigor que os projetos da RNT são objeto de estudos e Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de que resulta a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental.

Concluída favoravelmente a AIA, os projetos da RNT são sujeitos a licenciamento em conformidade com o Regulamento de Licenças para as Instalações Elétricas no qual se procede ao controlo prévio da sua conformidade técnica e administrativa e, se favorável, dará lugar à emissão da respetiva licença de estabelecimento por parte da DGEG, condição para que a REN possa iniciar a fase de construção.

Durante o processo de licenciamento das infraestruturas da RNT são requeridas e constituídas servidões de utilidade pública (de acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29/2006 atualizado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012) sobre os imóveis necessários ao estabelecimento daquelas infraestruturas.

O Decreto-lei n.º 43335 de 19 de novembro, (Art.ºs 37.º a 42.º) determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas. Estas não implicam necessariamente uma expropriação, mas sim uma servidão de passagem com a correspondente indemnização pelas restrições ou perdas de uso do solo no presente e em futuro, continuando os terrenos na posse dos seus legítimos proprietários.

A constituição das servidões decorre igualmente do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936 (art.ºs 54º e 56º), com as atualizações introduzidas pelos Decreto-lei n.º 446/76, Decreto-lei n.º 186/90 e Decreto Regulamentar n.º 38/90.

Analizados os elementos referidos informamos que na área de implantação do projeto em apreciação não existem quaisquer infraestruturas da RNT.

2. Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) A REN-Gasodutos, S.A. é a concessionária da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) em regime de serviço público. A RNTGN é constituída pelas redes de gasodutos de alta pressão (com pressões de serviço superiores a 20 bar) e pelas estações de superfície com funções de seccionamento, derivação e/ou de redução de pressão e medição de gás natural para ligação às redes de distribuição.

Ao longo de toda a extensão da RNTGN encontra-se constituída, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 de janeiro, uma faixa de servidão de gás natural com 20 m de largura centrada no eixo longitudinal do gasoduto. No interior da referida faixa, o uso do solo tem as seguintes restrições:

- Proibição de arar ou cavar a mais de 0,50 m de profundidade a menos de 2 m do eixo longitudinal do gasoduto; • Proibição de plantação de árvores ou arbustos a menos de 5 m do eixo longitudinal do gasoduto; • Proibição de qualquer tipo de construção, mesmo provisória, a menos de 10 m do eixo longitudinal do gasoduto.

Relativamente ao projeto em análise, informamos que, na área a afetar, não existem quaisquer infraestruturas da RNTGN em operação ou em projeto.

Face ao exposto, a REN não vê qualquer objeção à aprovação do Plano de Pormenor para a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz e não considera necessária a sua representação da conferência procedimental a realizar no dia 12/04/2019 nas instalações da CCDR-Centro em Coimbra.

Doc. 5



Exma Sr^a Presidente
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000-069 - COIMBRA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
		S021801-201904-	
Correio eletrónico de 2019/03/15		ARHCTR.DPI	
		ARHC.DPI.00030.2018	

Assunto: Plano de Pormenor (PP) para expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PIEFF) – Fase de RA

Após análise da documentação recebida sobre o assunto mencionado em epígrafe, relativamente aos recursos hídricos (RH) emite-se o seguinte parecer:

1 - Avaliação Ambiental Estratégica - Relatório Ambiental (RA)

O RA analisado refere a *Proposta de Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020*. Julga-se que o que o proponente pretende é referir-se ao *PENSAAR 2020 Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais*. Em caso afirmativo solicita-se a sua correção. Se não, solicita-se informação sobre o plano por si mencionado.

Não foram avaliados os efeitos significativos sobre os recursos hídricos (RH) superficiais resultantes da implementação deste plano tanto em termos quantitativos como qualitativos, assim como sobre a disponibilidade de água subterrânea, em resultado da afetação da recarga dos aquíferos e do aumento de consumo de água resultante das atividades a instalar. Não foram avaliados os efeitos qualitativos sobre os RH subterrâneos resultantes da implementação do plano em análise. Será igualmente necessário avaliar ambientalmente os efeitos significativos cumulativos sobre os RH (superficiais e subterrâneos, em termos quantitativos e qualitativos).

A maioria dos indicadores apresentados não foram elaborados tendo em atenção as recomendações para tal. A título de exemplo refere-se o indicador apresentado na tabela 30 *volume recolhido e processado de resíduos por ano (águas residuais l/100hab/sólidos ton/100hab)*. Não deve confundir-se resíduos com águas residuais. Assim, conforme referido no nosso ofício S072658-201811-ARHCTR.DPI ARHC.DPI.00030.2018, datado de 2018/11/15, os indicadores devem ser claros, mensuráveis e apresentar a respetiva métrica sugerindo-se que sejam adotados os indicadores ali mencionados.

Sempre que necessário, os indicadores de seguimento devem ter uma adequada referência temporal e/ou espacial.

Para que a gestão dos RH a utilizar no âmbito deste plano se faça de modo adequado, tal como referido no nosso ofício anteriormente referido, deve proceder-se à incorporação do teor do PNUEA e do PENSAAR neste plano. Solicita-se que o proponente refira as soluções a adotar.

Solicita-se informação sobre o destino a dar aos esgotos (incluindo a capacidade disponível da ETAR que os receberá) resultantes da implementação deste plano e respetiva avaliação dos efeitos significativos sobre o ambiente.

Nas áreas em que se prevê utilizar pavimentos não impermeáveis, deve ser mencionada a área impermeabilizada equivalente, de acordo com as respetivas características desses pavimentos.

Tal como referido no nosso ofício mencionado anteriormente, a análise deve incidir sobre o PP em apreço e não sobre o Concelho, salvo se a caracterização de algumas características do Concelho for relevante para entendimento de algum tema do PP.

2 - REN

A decisão sobre a exclusão de espaços classificados como REN (Reserva Ecológica Nacional), nas tipologias associadas aos RH, fica dependente das conclusões da AAE.

De qualquer modo refere-se que caso se conclua na AAE não haver efeitos negativos significativos sobre o ambiente (incluindo os cumulativos), só deverá ser excluída a área estritamente necessária à implementação do PP.

3 - Regulamento

Recomenda-se que as medidas a adotar para incorporar o teor do PNUEA e do PENSAAR sejam refletidas no regulamento deste PP.

4 - Conclusão

Além das situações de incumprimento com as normas legais já referidas no texto anterior, consideram-se ainda as seguintes:

- DL 232/2007, de 15 de Junho (art.º 6º) – caracterização dos RH existente, objetivos pretendidos, relações desta intervenção com outros planos e programas pertinentes e ainda a indicação dos eventuais efeitos significativos sobre o ambiente, decorrentes deste PP.
- Dado que a caracterização da situação existente ainda não tratou alguns temas relevantes para os RH, solicita-se demonstração da não existência de incumprimento com as seguintes normas legais:
 - DL 226-A/2007, de 31 de maio – capacidade de tratamento dos esgotos associados a este PP.
 - DL 226-A/2007, de 31 de maio (art.º 44º) – Água destinada à rega de espaços públicos.
 - DR 9/2009, de 29 de maio – Índice de impermeabilização do solo, nas áreas edificáveis.

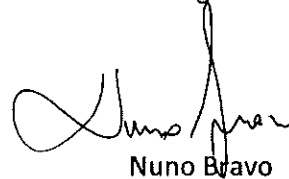
- Dado que a caracterização da situação existente ainda não tratou alguns temas relevantes para os RH, solicita-se a demonstração da não existência de desconformidade/incompatibilidade com os instrumentos territoriais em vigor:

- DL 130/2012, de 22 de junho, que republica a Lei 58/2005 (art.º 17º) - PNA, PNUEA e PENSAAR 2020.

Dado não ter sido apresentada a adequada avaliação ambiental dos efeitos significativos deste plano sobre os RH, **não é possível emitir parecer favorável** à implementação deste PP até que sejam satisfeitas as questões anteriormente mencionadas.

Com os melhores cumprimentos.

O Administrador Regional da ARH do Centro



Nuno Bravo

(ao abrigo de competência subdelegada – Despacho nº 11634/2018 publicado no Diário da República, 2ª série de 6 de dezembro de 2018)

NM



Gestão Regional de Viseu e Coimbra

Estrada da Chapeleira
3040-583 Antanhol - Coimbra - Portugal
T +351 21 287 90 00 · F +351 239 794 555
grcbr@infraestruturasdeportugal.pt

Av. Tenente Coronel Silva Simões
Quinta da Cascata n.º 135 r/c dl.º
3515-150 Abraveses - Viseu - Portugal
T +351 21 287 90 00
grvsc@infraestruturasdeportugal.pt

Exmos. Senhores

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

c/c zulmira.duarte@ccdr.pt

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	ANTECEDENTE	NOSSA REFERÊNCIA	SAÍDA	DATA
n.º	2019-03-15	2430928	n.º	n.º	09.04.2019
				2443632	

Assunto: Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz
Conferência Consultiva – Parecer Final

Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência da apreciação da documentação disponibilizada pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, cumpre à IP, emitir o parecer que se apresenta de seguida.

1. Enquadramento

Em conformidade com o Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio e com a Portaria 277/2015 de 10 de setembro, a Câmara Municipal da Figueira da Foz, instou a IP a pronunciar-se sobre a proposta do Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (doravante PP), enquanto membro da Comissão Consultiva (CC), tendo em vista o agendamento da Conferência Procedimental destinada à apreciação do dito PP, ao abrigo do art.º 86º, n.º 3, do Decreto-Lei 80/2015, de 14 de maio.

Neste contexto, o presente parecer tem como objetivo a apresentação de contributos relativos aos elementos constituintes do Plano disponibilizados pela Câmara Municipal.



2. Análise dos Elementos Apresentados/Rede Rodoviária e Infraestruturas Ferroviárias

Apreciados os documentos disponibilizados e da análise efetuada à rede da IP na zona envolvente do Plano, consideramos ser de referir o seguinte:

A área de intervenção do PP situa-se no concelho de Figueira da Foz, freguesia de Lavos, e confronta a norte com o atual Parque Industrial (figura 1).



Figura 1- Localização da área do Plano de pormenor



Rede Rodoviária sob jurisdição da IP

No que diz respeito à área envolvente e de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, a rede rodoviária de maior proximidade com a área do Plano é constituída pelo troço da EN109, Estrada Nacional Desclassificada sob jurisdição da IP, que dista cerca de 200 metros da área do terreno de intervenção. Verifica-se, assim, que o afastamento da área de intervenção em relação à rede da IP não compromete as zonas de servidão às estradas sob jurisdição desta empresa.

Do ponto de vista da salvaguarda da rede rodoviária da responsabilidade desta empresa, o EERRN, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, regula a proteção das estradas nacionais e regionais constantes do PRN 2000 e respetivas faixas envolventes, fixando, também, as condições de segurança e circulação dos seus utilizadores e as de exercício das atividades relacionadas com a sua gestão, exploração e conservação, bem como das estradas nacionais desclassificadas, isto é, não classificadas no PRN, mas ainda sob jurisdição da IP, e das ligações à rede rodoviária nacional, em exploração à data da entrada em vigor do novo Estatuto.

Da análise dos elementos apresentados, é-nos dado a conhecer que o atual Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz tem acesso rodoviário através de dois arruamentos existentes no Parque, que canalizam o tráfego para a EN109, cujo Tráfego Médio Diário Anual (TMDA) é de **14.016 veículos**.

No âmbito do presente PP, considera-se expetável que a expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, tenha uma influência significativa nas condições de circulação da rede rodoviária mais próxima, ou seja, da EN 109. Nestes termos, **deve ser apresentado um Estudo de Tráfego**, que cumpra as normas em vigor na IP, uma vez que a informação disponibilizada não permite avaliar o real impacto do PP na rede rodoviária envolvente.

Intervenções na Rede Rodoviária

De acordo com o Plano de Proximidade/Médio Prazo 2019-2023 (PP19/23), denota-se que **não** existe qualquer tipo de intervenção programada para a área em estudo. **Não** existe, do mesmo modo, qualquer projeto de infraestruturação viária ou ferroviária na área.

"Para maior eficiência, a IP imprime a preto e branco"

IP.MOD.006 | V14

✓

3.4



Rede Ferroviária

Identifica-se que na área do PP **não** existem linhas da Rede Ferroviária Nacional.

3. Ambiente Sonoro e Avaliação Ambiental Estratégica

No que respeita à componente ambiente sonoro e avaliação ambiental estratégica e ao domínio rodoviário a IP nada tem a obstar.

4. Conclusão

Face ao exposto, a IP emite parecer favorável ao Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz desde que seja apresentado um Estudo de Tráfego que cumpra as normas em vigor na IP, que permita avaliar o impacto do tráfego gerado pelo Plano.

Com os melhores cumprimentos,

O Gestor Regional

Nuno Miguel Grilo Gama

(Ao abrigo da Subdelegação de Competências)

“Para maior eficiência, a IP imprime a preto e branco”

PRT/

IP.MOD.008 V14





Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Plano de Pormenor para a Expansão do Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz (PPEPIEFF)

Conferência Procedimental no âmbito do nº3 do Artº86º do RJIGT

12.04.2019

LISTA DE PRESENCAS:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	
	NOME / RÚBRICA	CONTACTO / e_MAIL / Telefone
Câmara Municipal da Figueira da Foz	 Ana Carvalho	ana.carvalho@cm-figfoz.pt 966346824
	Victor Sousa	vitor.sousa@cm-figfoz.pt 967934232
	 João Martins	joao.martins@cm-figfoz.pt
	 Henrique Abrão	HENRIQUE.SIMÕES@CM-FIGFOZ.PT
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)	Carla Veloso	carla.veloso@ccdrc.pt
	Zulmira Duarte	zulmira.duarte@ccdrc.pt
	ANA CARREIRO	ANA.CARREIRO@CCDRC.PT
Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro)	 José Faiz	josembfaiz@gmail.com
IAPMEI Agência para a Competitividade e Inovação, IP		
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)/ AHR-Centro		239 850 236



Ministério do Planeamento
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)	<i>CARLOS MANUEL F. M. CRUZ</i>	<i>239 854 060 / carlos.cruz@prociiv.pt</i>
Direção-Geral do Território (DGT)	<i>—</i>	<i>—</i>
Infraestruturas de Portugal, IP - Gestão Regional de Coimbra e Viseu (IP)	<i>Paula Teixeira</i>	<i>239794598 - paula.teixeira@infra- estruturasdeportugal.pt</i>
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<i>—</i>	<i>—</i>
Redes Energéticas Nacionais (REN)	<i>—</i>	<i>—</i>